



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subcomissão Especial Rio+20  
Frente Parlamentar Ambientalista

Ciclo de Palestras e Debates  
para a **RIO+20**  
**SEGURANÇA ALIMENTAR**

Brasília – 2012

**Mesa da Câmara dos Deputados**  
54ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

**Presidente:** Marco Maia

**1ª Vice-Presidente:** Rose de Freitas

**2º Vice-Presidente:** Eduardo da Fonte

**1º Secretário:** Eduardo Gomes

**2º Secretário:** Jorge Tadeu Mudalen

**3º Secretário:** Inocência Oliveira

**4º Secretário:** Júlio Delgado

**Suplentes de Secretários**

**1º Suplente:** Geraldo Resende

**2º Suplente:** Manato

**3º Suplente:** Carlos Eduardo Cadoca

**4º Suplente:** Sérgio Moraes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subcomissão Especial Rio+20  
Frente Parlamentar Ambientalista

**Ciclo de Palestras e Debates para a Rio +20  
em Busca de uma Economia Sustentável**

**SEGURANÇA ALIMENTAR**

Conferência das Nações Unidas sobre  
Desenvolvimento Sustentável – Rio+20





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20)**

**Presidente: Deputado SARNEY FILHO**  
**Vice-Presidente: Deputado MÁRCIO MACÊDO**  
**Relator: Deputado RICARDO TRIPOLI**

#### **TITULARES**



**Sarney Filho**  
PV/MA



**Márcio Macêdo**  
PT/SE



**Leonardo Monteiro**  
PT/MG



**Ricardo Tripoli**  
PSDB/SP



**Giovanni Cherini**  
PDT/RS



**Fernando Jordão**  
PMDB/RJ



**Valdir Colatto**  
PMDB/SC



**Rebecca Garcia**  
PP/AM



**Filipe Bornier**  
PSD/RJ



**Givaldo Carimbão**  
PSB/AL

**SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS ATIVIDADES  
DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL (RIO +20)**

**SUPLENTES**



**Fernando Ferro**  
PT/PE



**Marina Santanna**  
PT/GO



**Antônio Roberto**  
PV/MG



**Antonio Carlos Mendes  
Thame (PSDB/SP)**



**Bernardo Santana de  
Vasconcellos (PR/MG)**



**Miro Teixeira**  
PDT/RJ



**Augusto Carvalho**  
PPS/DF

## PREFÁCIO

Com grande contentamento apresento aos leitores essa publicação que resume a participação de brasileiros, nas cinco regiões do País, comprometidos com uma das causas mais relevantes da agenda internacional, que é o alcance da sustentabilidade ambiental e social das ações humanas.

Todos nós estamos sentindo, em nosso cotidiano, os efeitos perversos do mau uso que nossa civilização tem feito dos recursos naturais e dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas.

Corrigir o curso da economia, tendo em vista menor impacto sobre o ambiente e mais justiça no usufruto das benesses do crescimento econômico, é objetivo do mais alto relevo a ser debatido na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a Rio+20.

Como tornar viável o entendimento entre os diversos países a respeito de suas contribuições para que essa nova economia gane escala e se sustente no ambiente de enorme interdependência comercial em que hoje vivemos, é outro desafio colocado para a Conferência.

A Câmara dos Deputados não poderia furtar-se a participar de evento de tamanha envergadura e mais que isso, a colaborar com o debate da forma mais democrática possível, ou seja, reunindo numa publicação as diversas posições e os alertas de cientistas, dirigentes, parlamentares e sociedade civil de todas as regiões do País sobre os problemas ambientais mais prementes dos biomas em que vivem.

O tema ambiental tem estado em constante debate nos fóruns desta Casa que, além de acolhê-lo como conteúdo formulador de necessárias políticas públicas, o incorporou em seu cotidiano institucional.

Desde 2003, temos em funcionamento e em constante expansão as ações do Comitê de Gestão Ambiental – Eco Câmara, visando a incorporação da sustentabilidade nas atividades administrativas

e operacionais da Casa. Nossa meta é ser um polo de excelência na promoção de ações sustentáveis na esfera governamental.

A gestão socioambiental na Câmara dos Deputados tem promovido a sustentabilidade nos novos projetos arquitetônicos e na reforma dos prédios, na redução do desperdício e na promoção do reaproveitamento e da reciclagem dos materiais utilizados nas rotinas administrativas da Casa, na inserção da questão ambiental nos editais de compra e contratação de serviços, no uso sustentável do papel, com orientações para a economia na impressão e com a Pauta Eletrônica, na eficiência energética da tecnologia da informação e no sistema de transporte mais sustentável, com a eco lavagem de sua frota oficial, o novo bicicletário e os ônibus novos movidos a biodiesel, entre outras ações.

Entendo que a incorporação da sustentabilidade à rotina dos processos produtivos de bens e serviços, esverdeando a economia, é algo que nossa geração tem de assumir como a maior de suas responsabilidades.

Nos fascículos dessa publicação, o leitor vai encontrar inúmeras razões para começar suas ações sustentáveis.

De Manaus a Porto Alegre, gente muito preocupada, mas também muito inspirada, irá convencê-lo da urgência do trato dos problemas ambientais brasileiros, se queremos continuar a potência energética e ambiental que temos sido por natureza.

No tempo em que estaremos recepcionando, 20 anos depois da Rio 92, uma nova Cúpula de Meio Ambiente da ONU, nada mais oportuno que termos em mãos diagnósticos e propostas sobre a sustentabilidade ambiental e social do Brasil. Esse é o conteúdo desta publicação, o qual desejo que os senhores bem aproveitem.

**Deputado Marco Maia (PT-RS)**

*Presidente da Câmara dos Deputados*

# SUMÁRIO

Apresentação .....	11
Rio+20: eventos preparatórios -Porto Alegre .....	15
Segurança Alimentar .....	15
Paulo Lustosa .....	18
Sarney Filho.....	19
Rubens Born .....	22
Vicente Andreu Guillo .....	23
Juarez Freitas .....	26
Mário Mantovani .....	29
Adão Vila Verde .....	31
Giovani Cherini .....	32
Sergio Sauer .....	33
Clemente Ganz Lúcio .....	36
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.....	37
Frente Parlamentar Ambientalista.....	39
Agradecimentos .....	51
Contatos .....	53



*Governador Tarso Genro, Ministra Izabella Teixeira e Deputado Giovani Cherini*

## APRESENTAÇÃO

Essa publicação apresenta os resultados do Ciclo de Palestras e Debates para a Rio+20, os “Encontros Rio+20”, organizados pela Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados dedicada a essa matéria e pela Frente Parlamentar Ambientalista. Os Encontros tiveram o propósito de envolver as várias regiões do Brasil na preparação da Conferência Rio+20 da Organização das Nações Unidas.

Temos a enorme satisfação de apresentar essa publicação ao público brasileiro às vésperas da Rio+20, pois esse trabalho revela a varredura que fizemos no País para detectar as percepções das diferentes regiões e biomas quanto às expectativas da sociedade brasileira diante de uma nova Cúpula Mundial, 20 anos depois da Rio 92.

No decorrer dos debates, diversos diagnósticos e propostas para os principais problemas ambientais do País foram surgindo e o material resultante, aqui apresentado, destaca-se pela qualidade das análises e consistência dos argumentos, vindos de cientistas, de dirigentes, de jornalistas, da sociedade civil organizada, da classe política e do público interessado.

Foram cinco os temas debatidos: 1) Biomas; 2) Recursos hídricos; 3) Meio ambiente urbano; 4) Energia; 5) Segurança alimentar. Os debates foram orientados segundo os dois eixos básicos da Rio+20: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e as alternativas para uma melhor governança, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Os “Encontros Rio+20” foram realizados em Manaus, Cuiabá, São Paulo, Recife e Porto Alegre, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Em março de 2012, um último Encontro - Em Busca de uma Economia Sustentável – ocorreu em Brasília, na Câmara dos Deputados, com o tema: Economia Verde.

Interessante notar que a Frente Parlamentar Ambientalista foi criada em 1997, exatamente com o objetivo de colocar em prática

os compromissos da Rio-92. Sua peculiaridade, comparada a outras frentes parlamentares, é ser formada por deputados e senadores e o fato de trabalhar em parceria com a sociedade civil e com os setores produtivos mais avançados da economia brasileira na percepção da sustentabilidade.

Desde seu início, a Frente enfatizou a necessidade de o desenvolvimento sustentável ser tratado de forma transversal no governo, abrangendo todas as políticas públicas, e a necessidade da criação de instrumentos econômicos para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, ultrapassando a mera preocupação com os instrumentos de comando e controle. Vem atuando, tanto para o nascimento de novas leis ambientais, quanto para evitar, nos últimos anos, o retrocesso da legislação ambiental já consolidada, devido à demanda por crescimento econômico que tem caracterizado o País nos últimos tempos.

A Subcomissão Rio+20, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, tem atuado, desde sua criação, em consonância, não apenas com a Frente Parlamentar Ambientalista, mas com as outras subcomissões de mesmo conteúdo na Câmara e no Senado, tendo em vista dar relevo aos temas da Conferência na agenda política brasileira.

Com o conteúdo dessa publicação em mãos, ou seja, partindo da realidade ambiental brasileira, esperamos contribuir com os debates que terão lugar durante a Conferência da ONU.

A realização da Rio+20 deve provocar questionamentos em nossa sociedade quanto à necessidade premente do Brasil se envolver mais e mais com as questões globais e, em particular, com as questões ambientais de alcance planetário.

Mesmo que otimistas com o crescimento econômico galgado nos últimos anos, não devemos perder de vista a necessidade de adaptar nossa economia e nossas metas de crescimento ao objetivo maior de descarbonização de nossos processos produtivos, e de ampliarmos nossa visão para uma participação mais coerente na necessária construção de uma governança global.

Vivemos um mundo interligado e cada vez mais interdependente. Essa realidade está expressa no modo como produzimos, como fazemos nossas transações comerciais, como nos relacionamos culturalmente. Grande parte das tecnologias informacionais e de comunicação, vigentes e potenciais, convergem para aprofundar ainda mais essa realidade.

Se a civilização construiu esse estado de coisas por sua evolução histórica, os ecossistemas, ao contrário, foram desde sempre interligados e interdependentes.

Quanto mais interdependentes nos tornamos, e esse é um caminho aparentemente irreversível, mais carentes de governança global nos percebemos.

Esperamos que a Rio+20 seja palco para que se intensifiquem os entendimentos nesse sentido e que a sociedade brasileira, como fez em 1992, mostre-se plenamente comprometida com a sanidade ambiental do Planeta.

Ao passar os olhos pelo conteúdo dessa publicação, o leitor pode apropriar-se do estado atualizado dos problemas ambientais brasileiros, o que irá, certamente, incentivá-lo a apoiar iniciativas de economia verde que ultrapassem interesses econômicos imediatos e iniciativas de negociação que caminhem em direção à uma governança mundial que privilegie a integridade da civilização humana, hoje apenas possível num ambiente de sustentabilidade social e ambiental.

Boa leitura.

### **Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)**

*Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Líder do Partido Verde, Presidente da Subcomissão Rio+20 da CMADS, Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista e da Banca Federal do Maranhão*

### **Deputado RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP)**

*Relator da Subcomissão Rio+20 da Comissão de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Coordenador do GT FAUNA da Frente Parlamentar Ambientalista e Vice-líder do PSDB na Câmara dos Deputados*



*Abertura do evento*

# **RIO+20: EVENTOS PREPARATÓRIOS**

## **PORTO ALEGRE**

26 de janeiro de 2012

### **SEGURANÇA ALIMENTAR**

Relatoria do evento: *Roseli Senna Ganem*<sup>1</sup>

Segurança alimentar está relacionada ao acesso a alimentos por todos os povos, em qualidade e quantidade adequados. O tema voltou a tomar relevância na agenda mundial com as crises recentes geradas pela elevação dos preços dos alimentos.

Vários foram os aspectos econômicos, sociais e ambientais destacados pelos palestrantes, entre eles o de que a fome é distribuída de forma desigual e não é resultado da escassez de alimentos. A produção de alimentos segue a lógica do mercado e é, antes de tudo, uma grande oportunidade de negócios.

Essas questões precisam ser reforçadas no debate sobre segurança alimentar, bem como os problemas ambientais diretamente vinculados à agricultura, como a degradação dos solos e da água e o desmatamento. É preciso discutir o modelo de produção agropecuária e sua capacidade de incorporar os princípios de sustentabilidade ecológica e social.

Destacou-se que a natureza proporciona os serviços que mantêm a atividade agrícola, entre os quais a fertilidade dos solos, a disponibilidade e a qualidade da água, a regulação do clima, o controle de pragas pelos insetos etc. Mudanças urgentes precisam ser feitas para garantir esses serviços, pois não se pode esperar que ocorra uma grande catástrofe global para que as providências necessárias sejam tomadas. Essa é uma responsabilidade

---

<sup>1</sup> Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados da área de meio ambiente. Bióloga, Mestre em Ecologia e Doutora em Gestão Ambiental pela Universidade de Brasília.

que temos para com as próximas gerações. Nossa legislação tem que ser aperfeiçoada no sentido de combater o desmatamento, conservar os serviços ambientais e incentivar novas tecnologias. Temos que produzir conservando a natureza.

Além disso, ressaltou-se que um terço da produção mundial de alimentos é desperdiçado, enquanto a África padece com a fome. Portanto, devemos rever não apenas os padrões de produção, mas também os de consumo, abolindo-se o desperdício.

O desenvolvimento é um valor supremo e deve ser duradouro e sustentável. A sustentabilidade é um princípio social, ambiental, econômico, ético, jurídico e político e baseia-se no reconhecimento dos direitos das futuras gerações. Trata-se de um novo paradigma, incorporado pela Constituição Federal de 1988.



*Governador Tarso Genro*

### **Participaram da mesa de abertura do evento:**

- SENADORA ANA AMÉLIA
- DEPUTADO FEDERAL GIOVANI CHERINI: então Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS)
- DEPUTADO SARNEY FILHO: atual Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS) e Coordenador Nacional da Frente Parlamentar Ambientalista
- DEPUTADA FEDERAL ROSANE FERREIRA
- DEPUTADO ESTADUAL ADÃO VILLAVERDE: Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
- DEPUTADA ESTADUAL MARISA FORMOLO: Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
- SR. MÁRIO MANTOVANI: Representante da SOS Mata Atlântica

### **Foram palestrantes do evento:**

- DEPUTADO SARNEY FILHO: Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e Coordenador Nacional da Frente Parlamentar Ambientalista
- DR. RUBENS HARRY BORN: Coordenador Executivo Adjunto do Vitae Civilis - Cidadania e Sustentabilidade
- DR. VICENTE ANDREU GUILLO: Presidente da Agência Nacional de Águas
- DR. JUAREZ FREITAS: Professor de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universida-

de Católica do Rio Grande do Sul, Presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público

- DR. SÉRGIO SAUER: Professor da Faculdade UnB Planaltina, da Universidade de Brasília (UnB/FUP) e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER/FUP) e Relator do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação - Plataforma DhESCA Brasil
- CONSELHEIRO CLEMENTE GANZ LÚCIO: Coordenador do Acordo Social Sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

A seguir, são apresentados os conteúdos das palestras e alguns comentários proferidos entre as mesmas.

### **PAULO LUSTOSA**

A Rio+20 tem o grande desafio de responder, ou tentar responder, à questão sobre a capacidade efetiva de relacionarmos política ambiental com segurança alimentar, ou seja, onde a política ambiental vai se encontrar com a política de segurança alimentar. Não há como falar de segurança alimentar no Nordeste brasileiro, por exemplo, se não falarmos de segurança hídrica, porque não haverá comida no Nordeste se não houver água disponível para produzi-la. Também não podemos circunscrever a interação entre meio ambiente e segurança alimentar à visão prevalente que relaciona segurança alimentar com pobreza e acesso a alimentos, sem discutir a produção do agronegócio, de alta escala, de alta produtividade. Essa produção também pode e deve produzir alimentos e responder aos desafios globais de segurança alimentar de forma sustentável.

## SARNEY FILHO

O Sr. Sarney Filho colocou os resultados de recente pesquisa, segundo a qual apenas 8% da população brasileira sabe o que é a Rio+20, essa que é, talvez, a reunião mais importante do século, porque vai decidir o destino da humanidade.

Os eventos climáticos deixaram de ser uma tese, uma teoria e passaram a ser uma realidade. As chuvas, em determinadas regiões, ocorrem em períodos cada vez mais curtos e são cada vez mais intensas. Essas mudanças não são eventuais, mas vieram para ficar. Temos que caminhar em duas vertentes: a da adaptação e a da mitigação.

Na adaptação, é preciso que se associem novas técnicas de produção com a tecnologia de previsão de clima. Isso tem que ser feito não apenas na agricultura, mas também na segurança habitacional. Ainda não sistematizamos, em nosso país, nenhuma atitude ou providência que faça com que essa adaptação seja uma realidade. A sociedade só reage quando há uma grande catástrofe, o que não ocorre somente no Brasil, mas no mundo todo.

Vamos esperar que ocorra uma catástrofe global para começarmos a tomar as providências necessárias para garantir a sobrevivência da espécie humana e do Planeta? Acredita que não devemos esperar, porque as futuras gerações irão cobrar de nós essa responsabilidade. Estamos numa encruzilhada, envolvidos em uma das grandes decisões da nossa civilização.

A crise civilizatória é uma crise socioambiental, não é só social, nem só econômica ou só ambiental. É uma crise socioambiental, cuja resolução depende de providências globais, ou não chegaremos a lugar nenhum.

O Brasil vai sediar a Rio+20 e estamos discutindo o Código Florestal. De fato, há muito pouco o que discutir, porque o projeto que saiu da Câmara dos Deputados é muito ruim e tornou-se um pouco melhor no Senado Federal. Com esse panorama, na Rio+20, o Brasil sinaliza o contrário do que deveria, de que quer os nossos

biomas prestando serviços ambientais, de que não precisa mais desmatar para aumentar a produção nacional.

Cita, como exemplo, que 1,1 cabeças de gado consome um hectare. Se nós conseguíssemos aumentar a produtividade, como os países desenvolvidos e outros – e há tecnologia nacional para reduzir à metade esse valor, isto é, produzir uma cabeça de gado em cada meio hectare –, liberaríamos 70 milhões de hectares, mais do que é destinado hoje à plantação de grãos. Isso também é segurança alimentar.

Segurança alimentar significa que sejamos capazes de manter a natureza em harmonia prestando os serviços necessários à agricultura. A agricultura não vive sem água, sem o período de chuva, sem terra agricultável. E o que proporciona isso naturalmente, sem custos, é a própria natureza, que combate os insetos, as pragas.

A Amazônia, comprovadamente, interfere no regime de chuvas de todo o Brasil e em algumas partes do mundo. Embora relativamente protegida, ela está sofrendo os efeitos das mudanças climáticas, entre os quais a seca e a redução da vazão dos rios.

Em Mendoza, região da Argentina grande produtora de vinho, as uvas são irrigadas com as águas oriundas das Cordilheiras. Agora, a neve e o degelo estão diminuindo. O que vai ser feito daquela região, se não houver providências? Providências que agora já são de adaptação.

O Brasil tem um grande diferencial, pois é um país megadiverso. Está tudo pronto, mas se nós sinalizarmos que o desenvolvimento depende do avanço das fronteiras de produção sobre os nossos biomas, sobre as nossas riquezas ambientais, vamos prejudicar a nós mesmos. Se a revisão do Código Florestal passar como está, a recuperação, a regeneração da Mata Atlântica vai ficar impossível.

Acredita que devemos aperfeiçoar a nossa legislação, não no sentido de sinalizar mais desmatamento ou afrouxamento das

normas, mas no sentido de dar firmeza aos serviços ambientais e incentivarmos as novas tecnologias.

O mundo vai precisar de novas tecnologias. Não temos como enfrentar o que já está ocorrendo, a não ser por meio da ciência, da tecnologia, da criatividade. Manifesta-se otimista nesse aspecto, mas afirma que não se pode desperdiçar os poucos recursos naturais que ainda existem. A Amazônia é um berçário de recursos e deve ser conservada.

Hoje, estamos vendo o aumento de doenças. O câncer, segundo especialistas, será, daqui a quatro anos, a doença que mais vai atingir a humanidade. Um tratamento de câncer é caríssimo. Como é que vamos disponibilizar esse tratamento, se a destruição dos recursos genéticos continuar nesse ritmo? Não nos cabe desperdiçar os recursos ambientais. A biodiversidade pode estar sendo destruída agora por um motosserra, ou seja, uma possibilidade de cura do câncer, da AIDS pode estar sendo destruída agora no trator, na corrente. É da natureza, da biodiversidade, que o homem tira os remédios, os cosméticos, aponta soluções.

Precisamos ter a coragem de cobrar os serviços ambientais que a Amazônia presta à humanidade, ter uma política consistente de criação de um fundo. A Rio+20 pode seguramente discutir um fundo global. Será que poderemos ter para a Amazônia uma política diferente, uma noção diferente? Ou continuaremos a encarar a Amazônia apenas como uma fronteira agrícola a ser mais cedo ou mais tarde vencida, para que se coloque, primeiro o gado, depois uma monocultura, processo após o qual a terra fica degradada? Temos mais de 165 mil quilômetros de terra degradada na Amazônia.

Essas questões estão interligadas e merecem um estudo melhor. O Parlamento brasileiro, embora tenha cometido equívocos, é o único caminho para a discussão democrática e é por meio dele que vamos encontrar uma solução. Não podemos destruir o nosso futuro.

O meio ambiente não se contrapõe à agricultura, ao contrário, são parceiros e devem fortalecer esses laços. O que tem que ser defendido não é o ganho individual ou de determinados grupos financeiros, mas o da sociedade. Os direitos difusos devem se sobrepôr aos direitos individuais e é dentro dessa perspectiva que espera que possamos trazer luz à escuridão que se aproxima nesses meses de votação dos Códigos Florestal.

## **RUBENS BORN**

O Sr. Rubens Born acredita que a busca do diálogo para a superação dos conflitos se faz pela educação. Quando falamos em mudanças do padrão de consumo, não nos referimos somente às tecnologias de produção e às escolhas individuais. A mudança de consumo não pode se restringir ao campo das liberdades individuais. O sistema tem que ter mudanças sistêmicas, tanto na produção quanto no consumo. Isso significa pensar a oferta e a demanda em outra perspectiva.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), um terço da produção de alimentos é desperdiçado. Nos Estados Unidos, esse valor chega a 40%, se pegarmos só a fatia dos consumidores mais ricos. Ou seja, os países ricos e as camadas mais ricas da população perdem 222 milhões de frutas e hortaliças, quantidade equivalente à produção de alimentos na África, o continente que mais sofre com a fome.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), se os 400 indivíduos mais ricos do mundo, pessoas físicas, doassem 1% do seu patrimônio, resolveríamos o problema da educação no planeta.

Ao longo dos últimos 200 anos, acreditou-se que o capitalismo poderia fortalecer a democracia, mas, no momento de crise, ele ameaça direitos que foram conquistados no ambiente democrático.

É preciso resgatar a Agenda 21, integrar meio ambiente e desenvolvimento nas decisões sobre Economia.

## VICENTE ANDREU GUILLO

Estamos desenvolvendo, na Agência Nacional de Águas (ANA), o Pacto Nacional pela Gestão de Água. Entendemos que, se não trabalharmos na eficiência da gestão para isso e se não capacitarmos os órgãos gestores estaduais, vamos ter uma gestão sempre desigual, heterogênea. Uma vez que a Constituição pressupõe dominialidade federal e estadual dos recursos hídricos, teremos dificuldade de integrar políticas públicas de recursos hídricos de abrangência nacional.

No âmbito do Pacto, busca-se comprometer os governos estaduais, no sentido de capacitarem seus órgãos gestores de água. Muitas vezes, os órgãos gestores são apenas homologatórios do processo de outorga, embutindo-se aí um risco muito grande, pois as outorgas podem não ser efetivamente um instrumento futuro de gestão da água, tornando-se quase um cheque em branco de acesso à água. Queremos ver o comprometimento dos Governos de Estado, o que está dentro da proposta do Pacto.

A Política Nacional, por ser descentralizada e participativa, tem como órgãos prioritários os Comitês de Bacia Hidrográfica, para o planejamento da bacia hidrográfica brasileira. Esse é um grande avanço da legislação brasileira. Porém, o que se tem assistido é uma grande ausência do Poder Público nos comitês de bacia hidrográfica. Com isso, as decisões tomadas no comitê de bacia hidrográfica têm pouca repercussão efetiva. Isso acaba gerando desmotivação e descrédito. Os diversos usuários acabam não participando dos comitês de bacias.

Portanto, é uma questão chave levar o Poder Executivo, principalmente o dos Estados, para dentro da Política de Recursos Hídricos e dos comitês. Caso contrário, haverá uma fragilidade imensa. Não há nenhum ministro de estado, governador, secretário que participe dos comitês de bacias hidrográficas brasileiras. No modelo brasileiro, a sociedade decide, mas o nível de implementação das decisões é baixíssimo.

Outra questão interessante da proposta de Pacto, que está prevista na Lei das Águas, refere-se aos chamados pontos de entrega, ou seja, aqueles pontos onde um rio federal passa de um estado para outro, ou os pontos em que os rios fazem divisa entre os estados brasileiros. Hoje, a gestão de água dos nossos estados de montante para jusante é uma relação bastante frágil. No Pacto, vamos trabalhar a implementação, no âmbito brasileiro, dos pontos de controle. Definimos 54 pontos de controle, por acordo ou por arbitragem da ANA.

Em relação ao Código Florestal, defendemos as APPs hídricas, na condição de atores do sistema. Mantivemos a margem mínima de trinta metros para rios de até dez metros e toda progressividade para os rios maiores. Esses princípios foram mantidos. Para a recomposição, há interpretações distintas, em função da largura do rio. O texto aprovado no Senado Federal representa um avanço bastante significativo.

Por que o Código Florestal tornou-se um tema tão candente no Brasil? O que mudou? O que mudou é que ele passou a ser executado. Essa pressão pela execução do Código ensejou a necessidade de uma adaptação da Lei em determinados pontos. Em certa medida, o Código Florestal colocava na irregularidade a grande maioria dos produtores rurais, sejam pequenos, médios ou grandes. Ao priorizar o módulo de até quatro módulos, isto é, a agricultura familiar, a proposta aprovada no Senado Federal possibilita um diálogo, a possibilidade de regularização de quatro milhões e oitocentas mil propriedades rurais estimadas no Brasil. Isso é um avanço significativo, porque possibilita a regularização da base da produção de alimentos no Brasil, que é a propriedade agrícola familiar.

Em relação ao Cadastro Ambiental Rural, cinco milhões e seiscentas mil propriedades devem ser cadastradas até 2014. Isso significa o cadastramento de dez mil propriedades rurais por dia útil até 2014.

Quanto à Rio+20, afirma que o documento *Zero Draft* é bastante tímido em relação à água. É um documento de baixíssimo ou nenhum nível de ousadia, que reafirma a água como um direito humano, o que já foi feito na Assembleia Nacional da ONU; trata das águas residuais; e menciona os planos integrados de gestão de recursos hídricos. Os nossos planos de bacia são tão primorosos do ponto de vista do planejamento, mas são de baixíssimo nível de efetividade.

O documento da Rio+20 é do mundo, não é um documento do Brasil. Do ponto de vista da diplomacia internacional, esse documento será sempre conservador. Quem vai dar uma tinta mais progressista a esse documento são os movimentos sociais. E vamos fazer assim em relação à água. Vamos nos mobilizar, para que consigamos, de forma intensa nos diálogos setoriais, o avanço em questões que sejam relevantes do ponto de vista da água. Se o documento for uma simples reafirmação daquilo que já existe, a contribuição para o futuro será abaixo das expectativas.

Com relação à segurança alimentar, refere-se ao alinhamento de políticas públicas. Afirma que é muito difícil conseguir alinhar políticas de infraestrutura hídrica, de saneamento e de aproveitamento dos reservatórios hidrelétricos brasileiros. No âmbito da ANA e com o Ministério de Meio Ambiente, busca-se a articulação com outros ministérios, em particular com o Ministério da Integração Nacional, no que tange à segurança.

Outra questão é o problema da preservação e os grandes projetos de infraestrutura hídrica. Há um conflito bastante significativo desses projetos com as temáticas de natureza ambiental. Se o Planeta passa por mudanças rápidas de origem antrópica, a única maneira de fazer frente a elas é aumentar o nível de regularização dos diversos corpos d'água no Brasil. E isso significa represas, não apenas do setor elétrico, mas também de contenção. Precisamos fazer esse debate.

Outro aspecto a discutir são as grandes obras de infraestrutura. A transposição do rio São Francisco, por exemplo. A sociedade

brasileira, particularmente na temática ambiental, se contrapõe fundamentalmente a esse tema e nós vamos fazê-lo de maneira coerente, respeitosa, mas é um debate que precisa ser feito. Diante de um clima que varia, que muda, como podemos garantir oferta de água necessária para a vida e para produção em todos os países?

## **JUAREZ FREITAS**

O Sr. Juarez Freitas vê a sustentabilidade como princípio social, ambiental, econômico, ético, jurídico e político. O desenvolvimento é um valor supremo e deve ser duradouro e sustentável. Mas, a Constituição diz que esse desenvolvimento não pode ser antropocêntrico.

Esse é um princípio jurídico rigorosamente novo. Os juristas clássicos não cogitariam isso. O Relatório Brudtland, de 1987, certamente influenciou a nossa Carta Magna, ao reconhecer os direitos de gerações futuras. Os juristas tradicionais clássicos mal conseguem dar conta dos direitos do nascituro. Avançamos num paradigma, em uma nova perspectiva jurídica, ao defendermos a titularidade de direitos fundamentais de gerações futuras. Isso muda tudo – e mudou, ainda que as pessoas ainda não tenham se dado conta.

Mudou, por exemplo, o nosso modo de fazer o Direito Civil. Está no art. 1.228 § 1º, do Código Civil, que o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com suas finalidades social, econômica e ambiental. É a sustentabilidade consagrada no Código Civil, normativamente.

Resta concretizar esse princípio. Vamos para o Direito Administrativo, para mostrar que a sustentabilidade não é um princípio apenas de direito ambiental. As licitações, obrigatoriamente, têm que incorporar critérios de sustentabilidade. A Lei de Licitações, art. 3º, consagra o princípio do desenvolvimento sustentável.

A União disciplina esse princípio por meio da Instrução Normativa nº 1, de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Mas os critérios de sustentabilidade são obrigatórios também nos editais, nas licitações e nas contratações diretas realizadas no âmbito dos Estados e Municípios, pois não se trata de opção política, mas de uma obrigação legal e constitucional.

Mais recentemente, a Lei 12.462, de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações (Lei do RDC), muito controversa, novamente consagra o princípio do desenvolvimento sustentável. Diz que, necessariamente, temos que fazer uma ponderação de custos e benefícios diretos e indiretos sociais, econômicos e ambientais nas contratações públicas. Custos indiretos, em bom português, são as chamadas externalidades. Portanto, agora é o momento de o Tribunal de Contas da União fazer cumprir o art. 4º da Lei do RDC.

O Estatuto da Cidade assegura o direito à cidade sustentável. A Lei de Mobilidade Urbana, de 2012, reitera com muita tenacidade o compromisso com a sustentabilidade. Precisamos, cada vez mais, cogitar acerca de tributação e sustentabilidade, por meio de incentivos fiscais.

Portanto, o princípio da sustentabilidade vale para todas as matérias, incluída a segurança alimentar. É um princípio de eficácia direta e imediata no sistema brasileiro. A comunidade jurídica precisa entendê-lo dessa forma.

As secretarias de meio ambiente, que são secretarias transversais, devem fazer uma saudável pressão para que as licitações, as contratações e os gastos públicos brasileiros sejam sustentáveis. O poder de contratações não resolve tudo, mas corresponde a mais de 10% do PIB, sendo, portanto, estratégico. Quem tratar do tema de sustentabilidade só a partir do direito ambiental não conseguirá efeitos benéficos sequer nesse campo.

Em relação ao *Zero Draft* da Rio+20, o primeiro esboço do documento da Conferência, considera-o extremamente tímido e

até pouquíssimo ambicioso. Especificamente no que toca à segurança alimentar, o documento reafirma o direito à alimentação. Apela a todos os deputados para que priorizem a intensificação da produção de alimentos de modo sustentável, via maior investimento na produção local e redução de desperdício. Não há nada no documento que trate de uma adjetivação dessa alimentação. Temos que ter alimentação sadia, limpa, descontaminada, com origem conhecida, certificada, mas nada disso aparece no documento.

Além disso, falar em produção local é perfeitamente coerente, mas sabemos que isso é inviável em larga escala. Podemos dar prioridade à produção local, mas vamos ter que exportar e não se fala nada sobre a distribuição.

A nossa matriz de transportes está equivocada, historicamente. Temos uma matriz de transporte esmagadoramente rodoviária. Trata-se de matéria de Estado e não de um governo. Em uma concepção de política sustentável, deve-se pensar um horizonte intertemporal longo. Temos que dar prioridade às malhas hidroviária e ferroviária.

No caso da malha hidroviária, temos alguns projetos do Governo Federal. Precisamos dobrar a sua participação na nossa rede de transportes, com redução de custos, ganhos ambientais óbvios, redução de perdas e assim por diante.

O documento fala em equidade de preços dos alimentos e propõe o que chamam de sistema de negociação mais transparente e aberto. A Lei de Alimentação Saudável do Rio Grande do Sul pode ser um ponto de partida nessa discussão. Reitera que o Poder Público pode realizar compras diretas de alimentos de pequenos produtores familiares. É preciso reduzir substancialmente os intermediários, em matéria de alimentos. Isso está colocado de forma vaga, genérica, mas deveríamos tornar a matéria minuciosamente clara.

O documento fala em acesso à informação e aumento do uso de tecnologias apropriadas. Na Sociologia, estudam-se duas

grandes correntes: a da modernização ecológica e a do realismo crítico. Afirma ter simpatia pela corrente do realismo crítico, mas não exclui a modernização ecológica. De qualquer sorte, não se fala nada de informação ao consumidor, sobre a qualidade dos alimentos.

Como exemplo da questão, relata que o Ministério Público Federal (MPF) fez um acordo com os três maiores fabricantes de refrigerantes do Brasil, tendo em vista que todos os refrigerantes light produzem uma substância chamada benzeno, que provoca câncer. Eles se comprometeram a reduzir o benzeno para índices aceitáveis até 2017. A questão envolve o direito à informação. Então, o documento deveria falar em informação ao consumidor de alimentos. Isso também é matéria de segurança alimentar.

Por último, tratou do direito à água potável e limpa e do saneamento como direito humano. O documento está certo ao tratar o saneamento como um direito fundamental. Esse direito precisa sair do papel. Mas, novamente, o documento ousou pouco, pois nossa Constituição é muito avançada, mais do que as outras do mundo. Conforme a Carta Magna, água é um bem público, de domínio federal ou estadual, não mais havendo águas particulares. Poderíamos cogitar de propor que uma versão nova do documento tente pelo menos ir à fronteira desse tema, reconhecendo a natureza pública da água.

Realça, uma vez mais, que sustentabilidade é um princípio jurídico do qual dependemos nós e as gerações futuras, que também são titulares desse direito fundamental.

## **MÁRIO MANTOVANI**

A reforma do Código Florestal trata de uma política pública. O Código é o que o Brasil vai mostrar de diferente ao mundo, quando conseguirmos agregar biodiversidade e carbono fixado à soja que sai do Mato Grosso para chegar ao Porto de Paranaguá; quando colocarmos esses parâmetros na soja que vai para China com seu preço feito na Bolsa de Chicago por aqueles que continuam

especulando no mundo com os alimentos. Nunca se teve tanta especulação com relação a alimentos como agora. O maior ativo ambiental do Planeta está no Brasil e agora, no momento em que podemos colocar isso a nosso favor, vemos uma concentração de terra que nunca tivemos na história nacional. 80% das terras do Brasil estão na mão de menos de 20% dos proprietários, os quais definem o valor das commodities numa ciranda especulativa.

A crise que estamos vivendo no planeta é uma crise de valores, é uma crise ética, em que os recursos são cada vez mais para quem tem mais. E são cada vez mais retirados de quem tem menos. As desigualdades se ampliam. Sorte que, no Brasil, estamos conseguindo superar isso.

Não há uma dicotomia entre meio ambiente e desenvolvimento. Mencionou José Lutzemberger, “o cara que subiu na árvore”, em um gesto sensacional na década de 1970. Na época da primeira Conferência ambiental da ONU, de Estocolmo, falava-se em “pensar globalmente, agir localmente”.

É um desafio muito grande estar na Frente Parlamentar Ambientalista, que aproxima as organizações da sociedade civil do Congresso Nacional. Essa é a única frente que tem a sociedade civil e parlamentares juntos definindo quais serão as linhas políticas a serem encaminhadas. Na Frente Parlamentar Ambientalista, todos os temas são debatidos sem preconceito. A porta está aberta, todos podem trazer a sua informação e ajudar a dar volume e presença e fortalecer a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Esse é um jeito novo de fazer política.

Em 1992, fizemos uma revolução. Quando se falava de meio ambiente não se colocava o social. O Brasil mostrou para o mundo, naquele momento, que só tinha sentido discutir meio ambiente se discutíssemos as questões sociais. Nós fizemos diferença, mudamos a forma de discutir meio ambiente no mundo. As organizações do Sul passaram a ter uma importância que jamais imaginávamos.

O modelo da ONU está completamente falido. Vamos ter que pensar uma nova governança, em que prevaleça o interesse global e não o interesse de pequenos grupos.

Quanto mais inclusiva e múltipla for a sociedade, tanto mais ela será vibrante e conseguirá fazer do Brasil um País diferente. Este é o momento das oportunidades no Brasil.

A crise global mostrou que estamos sobrevivendo porque temos um capital natural que, no passado, talvez por razões culturais, não soubemos aproveitar. Nos anos 1970, o crédito agrícola promoveu a devastação no Estado de São Paulo e no oeste do Paraná, por exemplo. Agora, não podemos mais ver isso. É o momento da crise que mostra que o Brasil vai ser diferente. Se soubermos discutir com competência, com múltiplas informações, com muita participação, talvez nos tornemos a Nação mais influente do Planeta, sem a força das armas, mas com a força das ideias e da cidadania.

### **ADÃO VILA VERDE**

Para o Sr. Adão Vila Verde, precisamos entrar na Rio+20 com as questões resolvidas ou, pelo menos, sabendo como vamos enfrentá-las. Há diversos temas que precisam ser desenvolvidos, como biomas, água, saneamento, energias alternativas, segurança alimentar, resíduos orgânicos e sólidos. Esse é um conjunto de temas centrais para o enfrentamento da pauta preparatória da Rio+20.

É impossível debater tais temas sem discutir a visão econômica, do modelo do desenvolvimento, a visão de sociedade que se quer; sem enfrentar as questões que hoje são importantes na nossa sociedade, como a injustiça e a exclusão social; sem repensar o modelo tradicional de crescimento, de desenvolvimento onde muitas vezes vale tudo para crescer, vale tudo para atingir o desenvolvimento a qualquer preço. Se isso não for considerado, corre-se o risco de dar um enorme passo adiante e, mais tarde, dar-se três passos para trás. Temos que ter um olhar mais amplo.

## GIOVANI CHERINI

Segundo o Sr. Giovanni Cherini, temos que mudar toda uma cultura que foi pregada pelo próprio agente estatal, que incentivava o desmatamento. Temos que buscar o apoio do Planeta para a Rio+20, pois não é só o Brasil que tem que resolver os problemas ambientais, mas tem que ser sempre a partir de nós.

Quem polui tem que pagar e quem preserva tem que receber. O Brasil é um País capitalista, portanto, a consciência social tem que ser de todos. Nova Iorque preserva água pagando para os agricultores preservarem as fontes e assim economiza sete bilhões de dólares. Isso tem que acontecer no Brasil. O Brasil vende três milhões e oitocentos mil automóveis por ano e as indústrias de automóvel não pagam nada pela poluição que geram. A indústria de petróleo e a indústria eletroeletrônica não são brasileiras e não pagam nada para poluir. Agora temos a logística reversa, que é o primeiro passo na gestão do lixo, para que comecem pagar.



*Deputados Giovanni Cherini e Rosane Ferreira*

## SERGIO SAUER

A partir de 2008, o tema segurança alimentar voltou à agenda mundial como um dos principais temas das Nações Unidas, no Comitê de Segurança Alimentar, o qual deixou de ser um Comitê subordinado à FAO para se transformar em um Comitê da ONU. É o tema do momento na agenda mundial, juntamente com as mudanças climáticas.

Cita três pressupostos de um debate sobre a questão. O primeiro é o de que a fome é obscena. Em 2008, um bilhão de pessoas passavam fome no mundo. Com o avanço da produção de alimentos e da democracia em boa parte das nações, ter fome é uma obscenidade.

O segundo pressuposto é o de que a fome é profundamente desigual. O bilhão de pessoas que passam fome não está distribuído de forma igual nos territórios, pois 80% estão na África e na Ásia. É muito mais fácil resolver a crise financeira de 2008, do que o problema da fome. A tentativa de salvar os bancos norteamericanos e europeus ocorreu muito rapidamente, mas a crise alimentar 2008 é muito mais problemática, porque a fome não atinge os países e as pessoas de forma igual.

O terceiro pressuposto é o de que a fome não resulta da falta de alimentos. De 1970 a 2007, houve um aumento em torno de 20% na produção per capita de alimentos. A fome não é um problema de escassez.

Portanto, quando falamos em segurança alimentar é preciso fazer uma grande distinção política e conceitual entre o combate à fome, a erradicação da fome, a amenização da fome e a segurança alimentar. As pessoas sofrem a fome, mas a discussão da segurança alimentar, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista social, é outra preocupação.

A China e a Arábia Saudita já estão preocupadas com segurança alimentar. Essa é um tema da agenda do futuro, mas não apresenta nenhuma relação com a fome. A noção de segurança

alimentar surge nos países ricos com uma preocupação de manter estoques de alimentos, havendo recursos para acessá-los. A fome, por sua vez, é a impossibilidade de acessar esses alimentos. Essa é uma diferença fundamental.

São, também, conceitos bastante distintos a segurança alimentar e a soberania alimentar. Segurança alimentar é ter disponibilidade de alimentos; soberania alimentar é ter o controle, a capacidade e o direito de acesso a esse alimento, o controle sobre as sementes, sobre as calorias e informações sobre o que se consome.

Chegamos aos sete bilhões de seres humanos. A produção de alimentos é uma grande oportunidade de negócios. A crise de 2008 e 2009 não ocorreu por falta de alimentos, mas devido ao aumento dos preços dos alimentos. Conforme a lógica do mercado, quanto mais alto o preço, melhores os negócios. Nessa lógica, ou pensamos na segurança alimentar, ou nas oportunidades de negócios. A crise do final de 2007 para 2008, em que alguns alimentos, como o trigo e o milho, dobraram de preços, assim como em fevereiro de 2011, a segunda grande crise alimentar, que ainda permanece, é um problema não de desabastecimento, não da falta e nem da fome, mas é um problema de preços dos alimentos.

O Documento Zero da Rio+20 é fraco nas expectativas e na ousadia para enfrentar a segurança alimentar e as questões climáticas. Seria necessário ter mais vontade política para avançarmos.

Se os pressupostos acima colocados estão minimamente corretos, é impossível pensar qualquer tipo de solução intensificando a produção. O que precisa ser melhorado são os acessos aos mercados.

A crise resulta de um processo de especulação. O preço do milho ou dos cereais aumentou não apenas porque os estoques caíram em 100% em nível mundial ou porque os chineses ganharam mais. Há alguma coisa que não fecha nessa conta. Quatro empresas controlam quase 70% da comercialização mundial de alimentos. Controlam 89% de todos os produtos comercializados.

No Brasil, essas mesmas empresas estão entre as dez maiores exportadoras de alimentos. Na outra ponta do consumo, há os grandes supermercados - Walmart, Carrefour e Pão de Açúcar -, que controlam 50% da comercialização brasileira de alimentos industrializados.

Outra questão vinculada à produção de alimentos é a corrida mundial por terras. Estudo publicado pelo Banco Mundial, no final de 2010, mostra que a compra de terras por grandes empresas de alimentos saltou de uma média de quatro bilhões de hectares anuais para 40 milhões de hectares, de março de 2008 a março de 2009. Essa questão afeta a segurança alimentar e soberania territorial.

A médio e a longo prazos, há problemas que precisam ser incorporados no debate sobre a segurança alimentar, como o aumento populacional e as mudanças climáticas. Mas não se podem esquecer os problemas atuais relacionados à questão, como a degradação dos solos e contaminação das águas. Qual modelo de desenvolvimento e produção agropecuária é capaz de manter a produção e a produtividade e como resolveremos os problemas ambientais decorrentes?

A Rio+20 é um espaço a ser valorizado e a ser disputado, mas não há soluções fáceis.

A Revolução Verde está esgotada do ponto de vista social, do ponto de vista ambiental e, em parte, também do ponto de vista produtivo. A nossa produtividade de carne era maior nos anos 1960 do que é hoje. Recursos públicos precisam ser destinados para outras tecnologias. A agroecologia e a produção orgânica são fundamentais, mas é preciso avançar na construção dessas tecnologias para produção de alimentos saudáveis, para a produção de alimentos que sejam capazes de conviver harmoniosamente com a natureza. É preciso fazer investimentos públicos com uma boa dose de racionalidade e de responsabilidade, para o avanço de uma agricultura que realmente seja sustentável do ponto de vista social e ambiental.

## CLEMENTE GANZ LÚCIO

O fracasso na Rio+20 será um fracasso da humanidade. Avançamos em sentido amplo em relação à consciência ambiental após a Rio-92. A crise climática tornou-se predominante no âmbito da crise ambiental. Todavia, a agenda da Rio-92, em termos de efetividade, concretude, avançou pouco. A desigualdade é problema histórico não resolvido. O capitalismo perdeu o rumo e não sabe como encontrá-lo.

É preciso orquestrar uma governança adequada no plano global para assegurar efetividade aos compromissos assumidos e garantir recursos financeiros. Também há necessidade de revisar o paradigma atual de produção, distribuição e consumo para o enfrentamento do problema da segurança alimentar. É preciso estabelecer metas claras.



# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2012

**Presidente: Deputado SARNEY FILHO**

**1ºVice-Presidente: Deputado ARNALDO JORDY**

**2ºVice-Presidente: Deputado PENNA**

**3ºVice-Presidente: Deputada REBECCA GARCIA**

## TITULARES



Antônio Roberto  
PV/MG



Arnaldo Jordy  
PPS/PA



Augusto Carvalho  
PPS/DF



Filipe Bornier  
PSD/RJ



Giovani Cherini  
PDT/RS



Givaldo Carimbão  
PSB/AL



Irajá Abreu  
PSD/TO



Leonardo Monteiro  
PT/MG



Marcio Bittar  
PSDB/AC



Márcio Macêdo  
PT/SE



Marina Santanna  
PT/GO



Mário de Oliveira  
PSC/MG



Penna  
PV/SP



Rebecca Garcia  
PP/AM



Ricardo Tripoli  
PSDB/SP



Sarney Filho  
PV/MA



Vilalba  
PRB/PE

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2012

## SUPLENTES



Alfredo Sirkis  
PV/RJ



Antonio Bulhões  
PRB/SP



Antonio Carlos Mendes  
Thame (PSDB/SP)



Arnaldo Jardim  
PPS/SP



Bernardo Santana de  
Vasconcellos (PR/MG)



Fernando Ferro  
PT/PE



Fernando Jordão  
PMDB/RJ



Fernando Marroni  
PT/RS



Homero Pereira  
PSD/MT



Lauriette  
PSC/ES



Leandro Vilela  
PMDB/GO



Lira Maia  
DEM/PA



Marco Tebaldi  
PSDB/SC



Miro Teixeira  
PDT/RJ



Oziel Oliveira  
PDT/BA



Paes Landim  
PTB/PI



Valdir Colatto  
PMDB/SC



Zé Geraldo  
PT/PA

# FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA

## **Coordenador**

Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)

## **Subcoordenadores**

Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)

Deputado PENNA (PV-SP)

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B/AM)

## **Secretário Geral**

Deputado PAES LANDIM (PMDB-PI)

## **Conselho Executivo**

Deputada ROSANE FERREIRA (PV-PR)

Deputada REBECCA GARCIA (PP-AM)

## **Conselho Consultivo**

Mario Mantovani – SOS Mata Atlântica

André Lima – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Planeta Verde e  
SOS Mata Atlântica

Fábio Feldmann – Consultor Ambiental

Edson Duarte (PV-BA)

## **Grupos de Trabalho**

### **Água**

Coordenador: Deputado ARNALDO JARDIM (PPS-SP)

### **Clima**

Coordenadora: Deputada ROSANE FERREIRA (PV-PR)

### **Cerrado & Caatinga**

Coordenadores: Senador RODRIGO ROLLENBERG (PSB-DF) e

Deputado OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA)

### **Zona Costeira e Ecossistema Marinho**

Coordenadores: Deputados DR. ALUIZIO (PV-RJ), ARNALDO JORDY (PPS-PA) e  
MÁRCIO MACÊDO (PT-SE)

### **Educação Ambiental**

Coordenador: Deputado ROBERTO DE LUCENA (PV-SP)

### **Empresas e Responsabilidade Ambiental**

Coordenador: Deputado ALESSANDRO MOLON (PT-RJ)

### **Energias Renováveis**

Coordenador: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)

### **Fauna**

Coordenador: Deputado RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP)

### **Floresta**

Coordenador: Deputado MÁRCIO MACÊDO (PT-SE)

### **Prevenção de Desastres Naturais**

Coordenador: Deputado CESAR COLNAGO (PSDB-ES)

### **Questões Urbanas**

Coordenadora: Deputada REBECCA GARCIA (PP-AM)

### **Construções Sustentáveis**

Deputado RICARDO IZAR (PSD-SP)

### **Resíduos**

Coordenador: Deputado VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS)

### **Sustentabilidade na Copa**

Coordenador: Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)

## Deputados

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Ademir Camilo	PSD	MG
Adrian	PMDB	RJ
Afonso Hamm	PP	RS
Alessandro Molon	PT	RJ
Alex Canziani	PTB	PR
Alfredo Kaefer	PSDB	PR
Alfredo Sirkis	PV	RJ
Alice Portugal	PCdoB	BA
Aline Corrêa	PP	SP
Almeida Lima	PPS	SE
Amauri Teixeira	PT	BA
Andre Moura	PSC	SE
Andre Vargas	PT	PR
André Zacharow	PMDB	PR
Andreia Zito	PSDB	RJ
Antônio Andrade	PMDB	MG
Antonio Balhmann	PSB	CE
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	SP
Ariosto Holanda	PSB	CE
Arlindo Chinaglia	PT	SP
Arnaldo Jardim	PPS	SP
Arnaldo Jordy	PPS	PA
Arnon Bezerra	PTB	CE
Arthur Oliveira Maia	PMDB	BA
Assis Carvalho	PT	PI
Assis do Couto	PT	PR
Assis Melo	PCdoB	RS
Átila Lins	PSD	AM
Beto Mansur	PP	SP
Bonifácio de Andrada	PSDB	MG
Bruno Araújo	PSDB	PE

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Carlaile Pedrosa	PSDB	MG
Carlos Eduardo Cadoca	PSC	PE
Celia Rocha	PTB	AL
Celso Maldaner	PMDB	SC
Cesar Colnago	PSDB	ES
Chico Alencar	PSOL	RJ
Chico Lopes	PCdoB	CE
Cida Borghetti	PP	PR
Dalva Figueiredo	PT	AP
Damião Feliciano	PDT	PB
Daniel Almeida	PCdoB	BA
Danilo Forte	PMDB	CE
Devanir Ribeiro	PT	SP
Diego Andrade	PSD	MG
Dilceu Sperafico	PP	PR
Domingos Dutra	PT	MA
Domingos Neto	PSB	CE
Domingos Sávio	PSDB	MG
Dr. Adilson Soares	PR	RJ
Dr. Aluizio	PV	RJ
Dr. Jorge Silva	PDT	ES
Dr. Paulo César	PSD	RJ
Dr. Rosinha	PT	PR
Dr. Ubiali	PSB	SP
Dudimar Paxiuba	PSDB	PA
Edinho Bez	PMDB	SC
Edio Lopes	PMDB	RR
Edson Pimenta	PSD	BA
Eduardo Azeredo	PSDB	MG
Eduardo Barbosa	PSDB	MG
Edvaldo Holanda Júnior	PTC	MA
Efraim Filho	DEM	PB

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Elcione Barbalho	PMDB	PA
Erika Kokay	PT	DF
Esperidião Amin	PP	SC
Eudes Xavier	PT	CE
Fábio Faria	PSD	RN
Fábio Ramalho	PV	MG
Fábio Souto	DEM	BA
Fabio Trad	PMDB	MS
Fátima Pelaes	PMDB	AP
Felipe Maia	DEM	RN
Fernando Ferro	PT	PE
Fernando Francischini	PSDB	PR
Fernando Marroni	PT	RS
Flávia Moraes	PDT	GO
Flaviano Melo	PMDB	AC
Francisco Floriano	PR	RJ
Francisco Praciano	PT	AM
Gabriel Chalita	PMDB	SP
Genecias Noronha	PMDB	CE
Geraldo Resende	PMDB	MS
Geraldo Thadeu	PSD	MG
Giacobo	PR	PR
Giovani Cherini	PDT	RS
Giovanni Queiroz	PDT	PA
Giroto	PMDB	MS
Givaldo Carimbão	PSB	AL
Gladson Cameli	PP	AC
Gonzaga Patriota	PSB	PE
Gorete Pereira	PR	CE
Guilherme Campos	PSD	SP
Guilherme Mussi	PSD	SP
Heleno Silva	PRB	SE

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Henrique Afonso	PV	AC
Henrique Oliveira	PR	AM
Hermes Parcianello	PMDB	PR
Homero Pereira	PSD	MT
Hugo Leal	PSC	RJ
Hugo Motta	PMDB	PB
Irajá Abreu	PSD	TO
Ivan Valente	PSOL	SP
Jaime Martins	PR	MG
Jairo Ataíde	DEM	MG
Jandira Feghali	PCdoB	RJ
Janete Rocha Pietá	PT	SP
Jânio Natal	PRP	BA
Jean Wyllys	PSOL	RJ
João Arruda	PMDB	PR
João Bittar	DEM	MG
João Dado	PDT	SP
João Magalhães	PMDB	MG
João Maia	PR	RN
João Paulo Cunha	PT	SP
João Paulo Lima	PT	PE
Jorginho Mello	PSDB	SC
José Carlos Araújo	PSD	BA
José Chaves	PTB	PE
José Linhares	PP	CE
José Otávio Germano	PP	RS
José Rocha	PR	BA
Jose Stédile	PSB	RS
Josué Bengtson	PTB	PA
Júlio Campos	DEM	MT
Júlio Cesar	PSD	PI
Laercio Oliveira	PR	SE

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Laurez Moreira	PSB	TO
Leandro Vilela	PMDB	GO
Lelo Coimbra	PMDB	ES
Leonardo Monteiro	PT	MG
Leonardo Quintão	PMDB	MG
Leonardo Vilela	PSDB	GO
Liliam Sá	PSD	RJ
Lincoln Portela	PR	MG
Lira Maia	DEM	PA
Lourival Mendes	PTdoB	MA
Luiz Carlos	PSDB	AP
Luiz Couto	PT	PB
Luiz Fernando Machado	PSDB	SP
Luiz Noé	PSB	RS
Manato	PDT	ES
Manoel Junior	PMDB	PB
Manuela D'ávila	PCdoB	RS
Marçal Filho	PMDB	MS
Marcelo Castro	PMDB	PI
Marcio Bittar	PSDB	AC
Márcio Macêdo	PT	SE
Marcon	PT	RS
Marinha Raupp	PMDB	RO
Mário de Oliveira	PSC	MG
Marllos Sampaio	PMDB	PI
Maurício Trindade	PR	BA
Mauro Lopes	PMDB	MG
Mauro Mariani	PMDB	SC
Mauro Nazif	PSB	RO
Mendonça Prado	DEM	SE
Miguel Corrêa	PT	MG
Missionário José Olimpio	PP	SP

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Neilton Mulim	PR	RJ
Nelson Bornier	PMDB	RJ
Nelson Marchezan Junior	PSDB	RS
Nelson Marquezelli	PTB	SP
Osmar Serraglio	PMDB	PR
Osmar Terra	PMDB	RS
Otavio Leite	PSDB	RJ
Oziel Oliveira	PDT	BA
Padre João	PT	MG
Paes Landim	PTB	PI
Pastor Eurico	PSB	PE
Pastor Marco Feliciano	PSC	SP
Paulo Foletto	PSB	ES
Paulo Freire	PR	SP
Paulo Magalhães	PSD	BA
Paulo Piau	PMDB	MG
Paulo Teixeira	PT	SP
Paulo Wagner	PV	RN
Penna	PV	SP
Perpétua Almeida	PCdoB	AC
Policarpo	PT	DF
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	TO
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE
Raul Henry	PMDB	PE
Rebecca Garcia	PP	AM
Reginaldo Lopes	PT	MG
Reinaldo Azambuja	PSDB	MS
Reinhold Stephanes	PSD	PR
Renato Molling	PP	RS
Renzo Braz	PP	MG
Ribamar Alves	PSB	MA
Ricardo Berzoini	PT	SP

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Ricardo Izar	PSD	SP
Ricardo Tripoli	PSDB	SP
Roberto Balestra	PP	GO
Roberto Britto	PP	BA
Roberto De Lucena	PV	SP
Roberto Santiago	PSD	SP
Roberto Teixeira	PP	PE
Rodrigo Maia	DEM	RJ
Romero Rodrigues	PSDB	PB
Rosane Ferreira	PV	PR
Rose de Freitas	PMDB	ES
Rosinha da Adefal	PTdoB	AL
Rubens Otoni	PT	GO
Rui Palmeira	PSDB	AL
Ruy Carneiro	PSDB	PB
Sabino Castelo Branco	PTB	AM
Salvador Zimbaldi	PDT	SP
Sandes Júnior	PP	GO
Sandro Mabel	PMDB	GO
Saraiva Felipe	PMDB	MG
Sarney Filho	PV	MA
Sebastião Bala Rocha	PDT	AP
Sérgio Brito	PSD	BA
Sergio Guerra	PSDB	PE
Sibá Machado	PT	AC
Silas Câmara	PSD	AM
Silvio Costa	PTB	PE
Stepan Nercessian	PPS	RJ
Sueli Vidigal	PDT	ES
Takayama	PSC	PR
Taumaturgo Lima	PT	AC
Teresa Surita	PMDB	RR

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Valadares Filho	PSB	SE
Vanderlei Macris	PSDB	SP
Vicente Candido	PT	SP
Vieira da Cunha	PDT	RS
Vilson Covatti	PP	RS
Vitor Paulo	PRB	RJ
Waldir Maranhão	PP	MA
Walter Tosta	PSD	MG
Wandenkolk Gonçalves	PSDB	PA
Washington Reis	PMDB	RJ
Weliton Prado	PT	MG
Wellington Roberto	PR	PB
Wladimir Costa	PMDB	PA
Zé Geraldo	PT	PA
Zequinha Marinho	PSC	PA
Zoinho	PR	RJ

## SENADORES

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Casildo Maldaner	PMDB	SC
Cicero Lucena	PSDB	PB
Cristovam Buarque	PDT	DF
Eduardo Amorim	PSC	SE
Fernando Collor	PTB	AL
Francisco Dornelles	PP	RJ
Gim Argelo	PTB	DF
João Vicente Claudino	PTB	PI
José Sarney	PMDB	AP
Lidice da Mata	PSB	BA
Paulo Davim	PV	RN
Paulo Paim	PT	RS
Pedro Taques	PDT	MT
Roberto Requião	PMDB	PR
Rodrigo Rollemberg	PSB	DF
Romero Jucá	PMDB	RR
Sérgio Petecão	PSD	AC
Vanessa Grazziotin	PCDOB	AM
Walter Pinheiro	PT	BA
Wellington Dias	PT	PI



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que tornaram possível a realização do Ciclo de Palestras e Debates da Frente Parlamentar Ambientalista para a Rio+20 - Em Busca de uma Economia Sustentável. Quando decidimos enfrentar o desafio de provocar debates em cinco regiões do país, foi preciso mobilizar uma grande equipe, desde aqueles responsáveis pela infraestrutura de cada evento, aos que viabilizaram as presenças dos principais especialistas nos temas enfocados, como cientistas, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e do Judiciário, além de líderes dos movimentos sociais representativos da sociedade civil.

Nosso agradecimento à colaboração indispensável do Deputado Giovani Cherini, então Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, agradecer especialmente ao seu Assessor-Chefe Pablo Tatim - hoje Superintendente-Geral do Sistema FAET/SENAR no Estado do Tocantins - bem como a todos os servidores da CMADS que nos deram amplo e irrestrito apoio para que esse evento fosse realizado com grande maestria. Vale ressaltar ainda o apoio do Ministério Público do Estado do Amazonas que nos cedeu o espaço para o evento, além do incansável apoio dos funcionários que de alguma forma contribuíram para o sucesso do evento. Nosso agradecimento à ABEMA, ANAMMA e a Secretaria de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Jussara Cony. À Senadora Ana Amélia, ao Deputado Estadual Adão Villaverde, Presidente da Assembleia Legislativa do RS e à Deputada Estadual Marisa Formolo, Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia do RS.

Aos palestrantes que estiveram conosco, o Professor e Doutor da Universidade de Brasília Sérgio Sauer; Conselheiro Clemente Ganz Lúcio, Coordenador do Acordo Social sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 no Cdes e Diretor Técnico do DIEESE; Rubnes Harry Born, Coordenador Executivo do Vitae Civilis - Cidadania e Sustentabilidade; Juarez Freitas, Professor Doutor da Universidade do Rio Grande do Sul; Paulo Lustosa, Secretário de Meio Ambiente do Ceará e ao Vicente Andreu, Presidente da ANA.

Agradecemos o apoio do Partido Verde e seus filiados, através da sua Presidenta, Marivaine Alencastro. À deputada Federal Rosane Ferreira meu agradecimento especial, amiga de fé e de grandes batalhas.

Como a nossa meta final era reunir numa publicação a síntese do que foi discutido em cada local, ressalto o apoio inestimável da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, nas pessoas das consultoras Suely Araújo, Roseli Senna e Ana Cristina Fraga, bem como do precioso e permanente apoio da Secretaria de Comunicação Social desta Casa, bem como da competente equipe da Coordenação de Relações Públicas, que agradeço aqui na pessoa do Sr. Flavio Elias.

Destaco, ainda, o meu reconhecimento ao empenho da SOS Mata Atlântica, à Fundação Herbert Daniel, que tornou possível todos esses momentos e a Tetra Pak que nos auxiliou com material para o evento, entidades estas parceiras nas ações da Frente parlamentar Ambientalista.

Para que o trabalho de vários meses alcançasse os resultados esperados contamos com o incansável apoio dos servidores desta Casa, ressaltando os trabalhos da Liderança do Partido Verde, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Frente Parlamentar Ambientalista, da Subcomissão Especial Rio+20 e do meu Gabinete parlamentar, destacando especialmente o precioso e permanente apoio e assessoria dos meus amigos e colaboradores Edson, Susan, Renata, Dioclécio, Diva, Eduardo, Eliana, Tiago, Hellen e Teresa Cristina Soares, à Jordânia da Frente Parlamentar Ambientalista, ao Mário Mantovani, Lídia, Rejane e Zenida da SOS Mata Atlântica, sem eles não chegaríamos aqui.

Aos que porventura deixei de mencionar, sintam-se agradecidos.

Um grande abraço,

Sarney Filho

## **CONTATOS**

### **Câmara dos Deputados**

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

### **Frente Parlamentar Ambientalista**

[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)

**E-mail:** [contato@frenteambientalista.com](mailto:contato@frenteambientalista.com)

Câmara dos Deputados, Anexo IV Gabinete 202

**Telefone:** 3216-5520 e ou 3215-5202

### **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20**

[www.rio20.gov.br](http://www.rio20.gov.br)

### **SOS Mata Atlântica**

[www.sosmataatlantica.org.br](http://www.sosmataatlantica.org.br)

### **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**Secretário:** Aurenilton Araruna de Almeida

**Local:** Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 142

**Telefones:** 3216-6521 a 6526 / 9217-5734

**Fax.:** 3216-6535

**E-mail:** [meioambiente@camara.gov.br](mailto:meioambiente@camara.gov.br)



Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Proibida a venda.

Exemplares deste trabalho podem  
ser solicitados no e-mail:

[contato@frenteambientalista.com](mailto:contato@frenteambientalista.com)

[meioambiente@camara.gov.br](mailto:meioambiente@camara.gov.br)

ou

[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)



**RIO+20**

Conferência das Nações Unidas  
sobre Desenvolvimento Sustentável

Realização



[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)

SUBCOMISSÃO ESPECIAL

**RIO+20**

CÂMARA DOS DEPUTADOS - CMADS

Comissão de  
Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável



CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

Apoio

